

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RI
DISCIPLINA: ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

2º semestre 2022

Revisão: II PND (1974/75-1979)

1. Após o primeiro choque do petróleo em 1973, o Brasil optou por manter uma política de crescimento econômico em vez de ajustar-se ao choque externo pela redução de suas importações. Sobre este período, é CORRETO afirmar que:

(0) A opção de manter o crescimento foi responsável pelo grande aumento da dívida externa no período.

(1) As primeiras medidas do Governo Geisel incluíam políticas monetária e fiscal restritivas.

(2) O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) tinha entre seus objetivos diminuir a dependência do país no setor de energia elétrica.

(3) A estratégia de crescimento com endividamento adotada pelo governo ocorreu sob condições adversas da economia mundial, quais sejam o ajuste ao choque do petróleo e a baixa liquidez nos mercados financeiros internacionais.

(4) A substituição de importações no Governo Geisel foi feita sem incentivos ao setor exportador.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Diante da abundância de recursos externos a baixos custos (petrodólares), a dívida externa bruta cresceu de US\$ 14,9 bilhões, em 1973, para US\$ 55,8 bilhões, em 1979. A taxa de crescimento média do PIB no período (1974-1980), embora inferior à do Milagre, foi de 7,1%.

(1) Verdadeiro.

O início do Governo Geisel foi marcado pela remoção dos controles artificiais sobre preços, herdados do período anterior; a oficialização de uma fórmula para a correção monetária e uma política de controle da liquidez real. Todavia, o controle monetário pretendido não foi efetivo, em virtude do aumento das reservas internacionais e dos empréstimos do Banco do Brasil.

(2) Falso.

O enunciado dessa questão induz ao erro. A dependência da economia brasileira não se dava no setor de energia elétrica, mas sim no de petróleo. O texto original do II PND aponta: “Seria inviável crescer rapidamente sem acelerada expansão da oferta de energia. Por isso, será necessário reduzir, dentro do setor de energia, a dependência em relação ao petróleo (substituindo-o pela eletricidade, na medida do possível, e também por carvão, por ser este abundante no mercado, embora importado em parte); economizar petróleo, principalmente para utilização em transporte; e reduzir, no total do consumo de petróleo, a parcela importada” (Anexo à Lei no 6.151 de 4 de dezembro de 1974, Capítulo VIII – Política de Energia, p. 63).

(3) Falso.

O enunciado induz à dúvida, posto que, imediatamente após o choque, seguiu-se uma situação de baixa liquidez nos mercados internacionais. Porém, posteriormente, houve abundância de liquidez. De fato, o preço médio do barril de petróleo, que em 1972 era de US\$ 2,50 atingiu US\$ 11,50 em 1974. A resposta imediata ao choque, nos países industrializados, foi o aumento dos juros (já em 1974). Entretanto, a partir deste ano, as receitas de

exportação dos países membros da Opep começaram a migrar para os países industrializados (em busca de retornos financeiros), caracterizando um quadro de abundância de liquidez, utilizada para o financiamento dos projetos do II PND.

(4) Falso.

O II PND centrava seus esforços em três direções fundamentais: substituir importações, elevar exportações e ampliar o mercado consumidor. As exportações deveriam crescer a uma taxa de 20% ao ano, tendo como principais fontes de impulso a agricultura (soja) e a pecuária. Prevvia-se um crescimento agrícola de 7% ao ano, graças à modernização do setor e, sobretudo, à expansão da fronteira agrícola para a Amazônia. A produção de produtos intensivos em energia, a exemplo de alumínio, aço e petroquímicos ganharam prioridade – tendo a exportação desses crescido, quando os projetos maturaram. De acordo com Carneiro (2002) as exportações foram incentivadas por meio de linhas de crédito subsidiadas, isenções fiscais e subsídios diretos.

2. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implementado no Governo Geisel, teve entre seus objetivos:

(0) A substituição de importações nos setores de bens de capital e de insumos básicos para a indústria.

(1) A aceleração dos investimentos em prospecção de petróleo, principalmente na bacia de Campos.

(2) A elevação da capacidade geradora de energia elétrica, buscando-se viabilizar a expansão da produção de bens com elevado conteúdo energético, a exemplo do alumínio.

(3) A redução, a curto prazo, da participação do capital estrangeiro na economia brasileira.

(4) A implementação de um plano de ajustamento da economia aos novos preços do petróleo, mediante medidas de racionamento do consumo de derivados.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A prioridade do II PND se deu, no caso dos insumos básicos, nos setores siderúrgico, petroquímica, fertilizantes e de celulose. No que se refere aos bens de capital, pretendia-se “transformar o panorama da indústria de bens de capital”, com foco em máquinas e mecânica pesada.

(1) Verdadeiro.

A prospecção of shore de petróleo teve por marco a descoberta da Bacia de Campos (Campo de Garoupa), em 1974, no contexto do II PND.

(2) Verdadeiro.

Dentre os projetos do II PND para elevar a capacidade geradora de energia elétrica destacam-se as usinas de Itaipu e de Tucuruí. Parte do esforço de substituição de importações visava viabilizar a expansão da produção de alumínio.

(3) Falso.

O II PND contou fortemente com o apoio de empresas estrangeiras para o desenvolvimento da indústria de bens intensivos em tecnologia, seja através de parcerias, seja através de investimentos diretos. A preocupação com o crescimento da indústria privada nacional resultou na criação do Plano de Ação para a Empresa Privada Nacional, em 1976. Nele, encontravam-se delimitadas as áreas de atuação das empresas estatais (consideradas estratégicas), empresas privadas nacionais e empresas estrangeiras.

(4) Falso.

O II PND, ao contrário do ocorrido em outros países em desenvolvimento, rejeitou a estratégia de ajustamento da economia, incluindo, por exemplo, ajuste de preços de petróleo e medidas de racionamento.

3. Ao longo dos anos 1970, a responsabilidade pelo endividamento externo passou das empresas privadas para o âmbito do Estado. Sobre esse processo, conhecido como de “estatização” da dívida, é CORRETO dizer:

(0) Parte da “estatização” da dívida foi feito por empresas estatais, que passaram a endividar-se em dólares para investir.

(1) Uma das razões pelas quais as empresas privadas nacionais demandaram menos crédito externo foi a maior oferta de recursos do BNDE, pois foi vedado às empresas estatais o acesso a tais recursos.

(2) O endividamento externo de empresas estatais constituiu a única fonte de recursos para investimentos no âmbito do Estado, já que as contas públicas estavam fortemente comprometidas desde o início do II PND.

(3) O endividamento das empresas estatais não teve efeito negativo sobre essas empresas, sobretudo porque os empréstimos externos eram mais baratos que os do BNDE.

(4) Apenas as empresas estatais que atuavam em serviços endividaram-se com empréstimos externos.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Além de ser uma forma de financiamento a baixos custos (dado o contexto de ampla liquidez, trazido pelos chamados “petrodólares”), as empresas estatais foram incentivadas a captarem, muitas vezes além de suas próprias necessidades. Elas se tornaram uma fonte de oferta de divisas, divisas essas necessárias para fazer frente ao crescente déficit em transações correntes.

(1) Verdadeiro.

As estatais eram usadas para obter divisas ou usavam recursos decorrentes de fundos para-fiscais específicos, não precisando disputar recursos com

empreendimentos privados no BNDE.

(2) Falso.

Após 1976, com o recrudescimento inflacionário, iniciou-se uma política monetária contracionista, ao mesmo tempo em que se adotava uma política de contenção dos gastos da administração pública direta e se expandiam investimentos das estatais. Houve, portanto, no período do II PND, forte crescimento dos investimentos governamentais, com a manutenção da carga tributária e superávits primários nas contas públicas. Além disso, fontes externas não constituíam a única fonte de captação das estatais, devido à existência de fundos para-fiscais.

(3) Falso.

O elevado endividamento externo, a política de contenção de preços e de tarifas públicas, no intuito de manter a inflação sob controle, e, posteriormente, o uso de empresas estatais para a manutenção de empregos, minaram a competitividade e a saúde financeira de diversas empresas públicas, várias das quais seriam privatizadas posteriormente.

(4) Falso.

O processo de endividamento externo das estatais atingiu empresas de diversos setores da economia, em particular da indústria de transformação e da indústria elétrica, nos quais, os índices de endividamento externo, em alguns casos, chegaram a superar o patrimônio líquido de algumas empresas. Empresas da área mineral e a Petrobras, em contrapartida, foram menos afetadas, em virtude da maior capacidade de capitalização e do preço de seus produtos ser, em grande medida, fixado internacionalmente, estando menos sujeito aos controles

governamentais.

4. Depois do primeiro choque do petróleo, a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi acompanhada pela quase triplicação da dívida externa bruta entre 1974 e 1979. Sobre aquele período, é CORRETO afirmar que:

(0) A triplicação das taxas de juros bancárias no euromercado (comparação da média dos seis anos de vigência do II PND com a do período anterior) foi uma das causas do aumento do endividamento externo.

(1) Entre as causas do aumento da participação das empresas estatais no endividamento externo apontam-se os limites impostos a seu endividamento interno e o controle governamental sobre o reajuste de seus preços e tarifas.

(2) O II PND previa mudanças na estrutura produtiva que economizassem ou gerassem divisas, não se limitando a uma estratégia de crescimento com endividamento.

(3) O aumento do endividamento externo foi superior aos déficits da conta corrente acumulados pela opção de manter o crescimento interno em condições adversas da economia mundial, particularmente no biênio 1977-1978.

(4) A participação de empresas privadas no uxo líquido de endividamento externo no período caiu, em média, para 60% do total.

Resolução:

(0) Falso.

As causas do endividamento externo foram os próprios projetos do II PND, que exigiam grandes aportes de capital e longo prazo de maturação. O governo utilizou-se da abundância de recursos externos, a baixos custos, para o financiamento de um ajuste estrutural da economia brasileira. O aumento dos juros foi posterior, em 1980.

(1) Verdadeiro.

Por Resolução Presidencial de 28/9/1977, escavam os ministérios proibidos de recorrer ao sistema financeiro privado interno para financiar programas de investimentos de órgãos e empresa a eles subordinados, sem autorização da Seplan. Adicionalmente, a Resolução CMN no 445, de setembro de 1977, limitava em 8% sobre o total das aplicações dos bancos de investimento em moeda nacional os empréstimos para entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado. O governo também utilizou-se de controles de preços e tarifas de empresas públicas para conter a inflação.

(2) Verdadeiro.

O II PND priorizava a substituição de importação e a promoção de exportações, propondo-se superar a dependência externa e de petróleo, promovendo uma transformação estrutural na economia brasileira.

(3) Verdadeiro. A veracidade da afirmativa pode ser constatada pelo fato de que houve acúmulo de reservas no período entre 1976-1978 (saldo do Balanço de Pagamentos positivo para esses três anos).

(4) Falso.

O endividamento externo das empresas privadas se reduziu em virtude da maior oferta de recursos nacionais, sendo as estatais as empresas que assumiam a maior participação no endividamento externo.